

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

velmente pela criação de novos contextos de trabalho, de novas redes, de novas formas de enquadramento institucional e, forçosamente, por uma elevada capacidade de autorreflexão: Qual é o meu lugar neste mundo? De que forma o meu trabalho se pode relacionar com as pessoas, o que é que eu posso fazer, organizar, criar, incentivar ou inventar nessa direção?

Certamente que haverá lugar para o protesto, a reivindicação justa, a reclamação do direito à presença no espaço público, para além daquilo que é fornecido em pacotes pela indústria cultural hegemónica. Mas este tipo de ação, o protesto, ganhará se for acompanhado pela autorreflexão crítica e produtiva e pelo contributo ativo para a formulação de alternativas.

António Pinho Vargas

Criminalidade

O *agendamento* mediático da criminalidade privilegia duas abordagens: crescimento exponencial dos crimes de furto e de roubo e combate ineficaz das instâncias policiais e judiciais. A incidência desta agenda, ainda que os indicadores a não confirmem totalmente, tem um forte impacto, tanto nas representações dos cidadãos sobre o sistema de justiça penal, como nas políticas públicas de combate à criminalidade. A ampliação do sentimento de insegurança facilita o caminho de políticas securitárias mais restritivas de direitos e liberdades, mais carcerárias e mais seletivas.

Os estudos e os indicadores conhecidos sobre a criminalidade permitem um outro ângulo de abordagem. Mostram como as respostas à criminalidade, por parte dos poderes político e judicial, são estruturalmente muito desiguais: mais assertivas para determinados tipos de crime e mais brandas para outros. O combate à corrupção e à criminalidade económica em geral, crimes altamente predadores do Estado social e da democracia, responsáveis em parte pela crise económica que o país atravessa e pela desestruturação social, também ela indutora do aumento da criminalidade que ameaça diretamente os bens e a integridade física dos cidadãos, tem-se traduzido em políticas e práticas judiciárias muito pouco eficazes. Perdidos no emaranhado de leis e na teia burocrática dos tribunais, os poucos processos que vão sendo investigados e acusados (o peso relativo destes crimes no conjunto da criminalidade é muito baixo, suspeitando-se de taxas elevadas de criminalidade oculta) acabam, com muita frequência, com um saldo favorável ao agente do crime: absolvido de uma acusação que o Ministério Público,

contra uma defesa muito profissionalizada e bem preparada, não conseguiu provar; condenado a uma pena “leve”; ou com o processo prescrito.

As sociedades mais seguras não têm cadeias sobrelotadas de cidadãos pobres. Têm baixos índices de corrupção e uma distribuição da riqueza mais igualitária.

Conceição Gomes

Crise

Na nossa linguagem comum, “crise” significa algo em perigo, sob ataque, em transformação. Apesar de usarmos, de facto, esta palavra quotidianamente nas nossas vidas para falar de todo o tipo de situações, não pode ser negado que o conceito tem também complexas conotações políticas.

Numa abordagem descritiva, “crise” indica situações em que agentes ou estruturas políticas passam por mudanças radicais. Neste sentido, discutimos nas ciências sociais a “crise da democracia parlamentar” ou a “crise do Estado-Providência”. É característico destes usos descritivos do termo que as perspetivas de futuro – saídas da crise – fiquem frequentemente por considerar: podemos não saber exatamente para onde a estrada nos leva, mas estamos com certeza perdidos. Este uso descritivo pode ser contrastado com um mais “performativo”. Por vezes, a palavra “crise” não é tanto usada para descrever uma situação difícil, e até perigosa, mas antes para agravar e até criar essa mesma situação. A História antiga e contemporânea diz-nos que os políticos (e poderes dominantes) procuram produzir, frequente e ativamente, um clima de crise – seja social, económico ou “afetivo” – de forma a alterar o equilíbrio da balança constitucional de poderes a seu favor. Neste sentido, “crise” contém alguma similitude com outra poderosa expressão do discurso político: exceção. Momentos de crise, tal como estados de exceção, albergam enormes riscos para as instituições democráticas, dado que concedem aos que governam uma autoridade especial, muitas vezes sem qualquer controlo. “Crise”, longe de ser neutro, é claramente um conceito concebido para o combate.

É neste ponto que ressalta a importância de outra prática, uma prática que provém da mesma raiz grega de crise: crítica. Confrontados que estamos com a perturbadora cacofonia dos discursos sobre a crise, torna-se prioritário investigar criticamente as origens e a natureza da situação em que vivemos. Ainda que um dicionário sobre a atual crise seja uma ferramenta